

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Comissão rejeita projeto de lei sobre distrato de imóveis

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 11.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** 08

# Comissão rejeita projeto de lei sobre distrato de imóveis

### SENADO

Criticado por parlamentares da oposição e da própria base do governo, o projeto de lei que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta, o chamado distrato imobiliário, sofreu, ontem, uma dura derrota na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) foi rejeitado por 14 votos a seis, além de uma abstenção. Mesmo assim, o texto irá ao plenário da Casa, em agosto, onde deve enfrentar a mesma resistência.

A polêmica em torno do projeto - já aprovado na Câmara dos Deputados - se deve ao artigo que fixa a multa ao comprador do imóvel em 50% do valor já pago à construtora em caso de desistência do negócio. A retenção de metade do valor já pago valeria nos casos de devolução de imóveis construídos no regime de afetação - adotado na maioria dos empreendimentos, pelo qual cada projeto tem CNPJ próprio para proteger interesses dos compradores.

A legislação atual não estabelece porcentual de multa fixo nesses casos e as decisões judiciais normalmente estabelecem multas entre 10% e 25% do valor pago - teto que o governo queria colocar no projeto. A pressão das construtoras sobre os parlamentares, no entanto, impossibilitou a mudança do texto que, caso seja aprovado com a multa em 50%, pode ter esse trecho vetado por Michel Temer.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Senado aprova decreto favorável à Zona Franca

**Veículo:** A Crítica

**Data:** 11.07.18

**Enfoque:**  
 Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Política

**Página:** A5

**ANTÔNIO PAULO**

antoniopaulo@acritica.com

BRASÍLIA (SUCURSAL) – A bancada de senadores do Amazonas venceu as resistências do governo federal e conseguiu o quórum necessário para votar e aprovar ontem, por 29 votos a favor, 10 contrários e seis abstenções, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS 57/18) que anula os efeitos do decreto do presidente Michel Temer nº 9.394/18, o que reduziu de 20% para 4% os incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das indústrias de concentrados de refrigerantes do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Caso seja mantido, o decreto presidencial, em vigor desde 30 de maio deste ano, em que reduz os incentivos fiscais do polo de concentrados, cerca de 14 mil empregos diretos e indiretos no Amazonas e em torno de 100 mil em todo o País serão extintos. E toda a indústria de refrigerantes, que inclui as multinacionais Coca-Cola e Ambev, podem deixar a Zona Franca de Manaus.

Agora a matéria segue para a Câmara dos Deputados onde vai tramitar em caráter terminativo, passando pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e plenário. Caso seja aprovado, o projeto de decreto legislativo será promulgado pelo presidente do Congresso Nacional.

O PSD 57 já havia sido apro-

SEGMENTO DE CONCENTRADOS

# Senado aprova decreto favorável à Zona Franca

Projeto de decreto legislativo anula medida do presidente Temer que reduziu incentivos para concentrados

vado de forma simbólica na semana passada, mas após o pedido de verificação de quórum foi realizada votação nominal. No painel eram necessários o voto de no mínimo de 41 senadores, apenas 31 votaram. Desta vez foram registrados os votos de 45 senadores.

**BUSCA POR VOTOS**

Ontem, o projeto do Senado foi o terceiro a entrar na pauta de vo-

**Saiba mais**

**>> Votos por região**

Dentre os 29 votos a favor do PDS 57 e da Zona Franca de Manaus, 10 vieram da Região Norte e duas das seis abstenções foram dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede Amapá) e Romero Jucá (MDB-Roraima) que é líder do governo no Senado. Somente a se-

nadora Kátia Abreu (PDT-Tocantins) votou “não”. Do Nordeste, dos 15 votos de plenário, 11 foram a favor do Amazonas, duas abstenções e dois votos contrários. A maioria dos senadores do PT votou “não” ao projeto do Amazonas e a favor do decreto do presidente Michel Temer.

tação. Os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Eduardo Braga (MSDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM) buscaram os votos necessários tanto em partidos da base do governo quanto da oposição. A maioria liberou suas bancadas, mas a surpresa foi o PSDB encaminhar voto "sim" e a maioria dos senadores do PT votarem "não".

"Conseguimos uma grande vitória. O governo Temer sabendo que iria perder começou a retirar senadores do plenário, mas nós conseguimos manter o quórum e derrotar Temer em prol da Zona Franca de Manaus", comemorou a senadora Vanessa Grazziotin.

Eduardo Braga disse que essa vitória garantiu a segurança jurídica e constitucional. "A Câmara Alta reconheceu que o decreto do governo é ilegal e inconstitucional. Agora, está nas mãos da Câmara dos Deputados", comentou.

O coordenador da bancada do Amazonas, senador Omar Aziz, espera que os oito deputados federais na Câmara também peçam urgência na tramitação do Projeto de Decreto Legislativo para derrubar de vez a medida de Michel Temer que tirou as vantagens comparativas da Zona Franca de Manaus.

A votação na Câmara ainda não tem data para acontecer e passa a ser a principal aposta de lideranças políticas e empresariais do Estado.

## Governo esperava arrecadação de R\$ 740 mi

O principal argumento do governo para a edição do Decreto 9.394/2018, assinado pelo presidente Michel Temer em 30 de maio de 2018, foi o equilíbrio das contas governamentais e para manter o acordo com os caminhoneiros especialmente para equilibrar o preço do óleo diesel após o acordo fechado com a categoria para pôr fim à greve que paralisou o País em maio.

A bancada amazonense no Senado reagiu à medida e alegou que a decisão afetava em cheio a ZFM, onde estão instaladas empresas do setor. Segundo os parlamentares, a Constituição impede que os contribuintes sejam surpreendidos com a cobrança imediata do aumento da carga tributária e, na prática, o texto do Executivo acabava com um incentivo fiscal que estava garantido previamente. Com a redução de 20% para 4% na alíquota do IPI dos concentrados, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal esperam arrecadar R\$ 740 milhões somente em 2017.

O setor de concentrados é o terceiro em faturamento e geração de empregos na Zona Franca de Manaus. Em 2013, chegou a gerar mais de 14 mil empregos diretos. Ao todo são mais de 50 mil empregos diretos e indiretos envolvidos na cadeia produtiva local; atende a 95% do mercado de refrigerantes no país e ainda exporta para a Venezuela, Colômbia e Paraguai.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Indígenas querem terreno

**Veículo:** A Crítica

**Data:** 11.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Cidades

**Página:** C4



**OSWALDO NETO**  
oswaldo.neto@acritica.com

Um impasse judicial pode deixar centenas de indígenas desalojados em uma comunidade no bairro Grande Vitória, na Zona Leste de Manaus. Um mandado expedido pela Justiça do Amazonas determinou que o grupo, composto por pessoas de mais de 10 etnias, saia da área pertencente à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). O grupo defende que a competência para decidir sobre o caso é da Justiça Federal.

Ontem, os indígenas buscaram apoio no Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM) e na Defensoria Pública da União (DPU), onde mais de 100 deles estiveram no órgão para falar sobre o problema na área. Eles afirmam que uma liminar deferida pela Justiça estadual dá um prazo de 15 dias para todos saírem do terreno. Os indígenas estão no local há cerca de dois meses, porém se sentem ameaçados com a possibilidade de serem expulsos da terra.

“Queremos uma moradia digna. O terreno foi doado e cedido pela dona, e hoje apareceu outro dono e quer nos tirar de lá. Esse povo aqui é só um terço de quem está lá. Já existe uma liminar e estamos correndo atrás para derrubar essa liminar. Se não quebrar (a liminar), vamos acampar no meio da rua”, disse o cacique Onça-Preta, da etnia Mura. “A gente quer fazer valer

Grupo pergrinou ontem por órgãos federais

### Outra reintegração

Em 2015, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) solicitou a reintegração de posse de um terreno da União invadido no bairro Distrito Industrial 2, na Zona Leste da capital. A área informada pela Suframa fica localizada próxima a um órgão público e a fabricas, na rua Flamboyant.

nossos direitos como indígenas. Se tem direitos para haitianos e venezuelanos, por que não tem para os filhos da terra?”, questionou o líder indígena.

### **DISPUTA**

A área disputada foi nomeada pelos indígenas como Ywarite Ypixuna. Segundo os indígenas, há relatos que nela eram “desovados” cadáveres, estupros costumavam ocorrer no local e lá funcionava como espaço para desmanche de carros.

De acordo com a Defensoria Pública da União (DPU), o terre-

no em questão pertence à Sufrema, mas atualmente vivem centenas de indígenas de etnias como Munduruku, Kokama, Desšana, Sateré e Mura.

O Sateré-Mawé Tashi Vieira, de 25 anos, contou que a área era prejudicada, e a comunidade apoia a permanência do grupo na localidade. “Estamos levantando aquela área e preservando. As empresas dali que desmatam e jogam vários tipos de dejetos nos igarapés. Queremos cuidar da terra, mas também queremos os mesmos direitos de todo mundo de ter uma moradia”.

## **DPU vê ‘incompetência de juízo’**

● Após reunião com os indígenas, a Defensoria Pública da União (DPU) se comprometeu a atuar na demanda para reverter a decisão.

A defensora pública regional dos Direitos Humanos, Lígia Rocha, pontuou que o fato da Justiça Estadual ter deferido um pedido que compete a uma área federal se trata de “incompetência de juízo”. “Vamos atuar de forma conjunta

com a Defensoria Pública do Estado (DPE-AM) para fazer a defesa processual”, disse.

“É importante sustentar que ocorreu uma incompetência de juízo. Há o risco deles ficarem desalojados, porém qualquer cumprimento de liminar pede uma reunião com o Grupo de Gestão Integrada, e até o momento não foi convocada nenhuma reunião”, explicou a defensora pública.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Senado aprova manutenção de incentivos da Zona Franca

**Veículo:** Dez Minutos

**Data:** 11.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Política

**Página:** 2

● **Senadores do Amazonas obtêm adesão** de 29 votos das bancadas do Norte e Nordeste e aprovam decreto que susta efeitos da medida de Temer que reduzia incentivos para xarope de refrigerantes

# Senado aprova manutenção de incentivos da Zona Franca

## DECRETO

**Álison Castro**

contato@jomaldezminutos.com.br

O Senado Federal aprovou, na tarde desta terça-feira, por 29 votos favoráveis e dez contrários o decreto legislativo que derruba o decreto presidencial que tentava retirar incentivos fiscais do polo de concentrados de refrigerantes de Manaus. O decreto inicial do governo federal integrou um pacote de medidas para reduzir o preço do diesel após a greve dos caminhoneiros. A vitória da bancada do Amazonas no Senado obteve apoio dos parlamentares do Norte e Nordeste.

O decreto legislativo defendido pelos senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Omar Aziz (PSD/AM) e Eduardo Braga (MDB/AM) agora segue para a Câmara dos Deputados.

Nas redes sociais, o senador Eduardo Braga festejou a aprovação. "Com certeza, é uma vitória da Zona Franca, dos trabalhadores e agricultores de Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Urucará – que plantam guaraná e vendem para o polo de concentrados. É uma vitória daqueles também que plantam cana de açúcar e produzem açúcar mascavo no interior do Estado", afirmou o senador, que agradeceu o apoio dos demais integrantes do Senado. "É uma vitória do Brasil pela segurança jurídica constitucional e tributária", acrescentou.

O senador Omar Aziz também falou sobre a aprovação nas redes sociais. O parlamentar agradeceu o apoio de outros senadores.

"Quero agradecer todos os senadores que nos ajudaram a derrubar um decreto ofensivo para a competitividade da Zona

Franca de Manaus e que era ilegal. O presidente (Temer) tem que aprender a respeitar os amazonenses. Nada fizemos de errado, fizemos a coisa certa, preservamos a Amazônia e queremos continuar trabalhando para desenvolver, não só o Amazonas, mas também o Brasil", afirmou.

Para a senadora Vanessa

Grazziotin, a votação foi uma derrota do governo de Michel Temer. "Conseguimos uma grande vitória. O governo Temer sabendo que iria perder começou a retirar senadores do plenário, mas nós conseguimos manter o quórum e derrotar Temer em prol da Zona Franca de Manaus".



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Plano de Obras de Verão leva infraestrutura para ruas do bairro Nova Cidade

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 11.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Cidades

**Página:** 12

# Plano de Obras de Verão leva infraestrutura para ruas do bairro Nova Cidade

### ETAPA

De acordo com a Prefeitura de Manaus, os serviços do Plano de Obras de Verão chegaram ao bairro Nova Cidade, na zona norte. “Agora, as coisas estão mudando e já comemoro as melhorias. São muitas vias e muitas demandas, mas, aos poucos, nossa comunidade será restabelecida”, disse a moradora Vilma da Silva Souza.

Entre os trabalhos previstos pela Secretaria Municipal

de Infraestrutura (Seminf) está a confecção de meios-fios, sarjetas, tampas de bueiros, tapa-buracos e recapeamentos em trechos mais danificados. Por ser um dos bairros mais populosos e extensos da capital, as ações de infraestrutura estão sendo realizadas gradativamente, até alcançar todas as ruas da comunidade.

Nesta semana, os serviços se concentram na área conhecida como ‘Buracão’, onde 55 vias recebem melhorias.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** ZFM vence batalha pelos concentrados

**Veículo:** Jornal do Comercio

**Data:** 11.07.18

**Caderno:** Economia

**Página:** A5

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

Bancada federal amazonense consegue aprovar PDS que susta decreto presidencial

# ZFM vence batalha pelos concentrados

**ARTUR MAMEDE**

amamede@jcam.com.br

O PDS (projeto de decreto legislativo) 57/2018, que se fundiu ao de número 59, foi votado e aprovado ontem (10) em Plenário. O resultado susta o decreto presidencial assinado na "calada da noite" que alterou a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) das fábricas de concentrados que atuam no PIM (Polo Industrial de Manaus) de 20% para 4%. A votação aconteceu após dois adiamentos e mais de dois meses, desde a promessa de Michel Temer de se reunir com a bancada. O resultado de 29 votos favoráveis, 10 contras e seis abstenções leva o PDS para análise na Câmara dos Deputados.



**"Essa é uma vitória da ZFM e dos agricultores que vendem ao polo de concentrados", Eduardo Braga, senador (MDB)**

Os senadores amazonenses Eduardo Braga (MDB), Omar Aziz (PSD) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) comemoram a vitória e deram créditos a aliados de outros Estados. "Aqui no Senado nós fizemos nossa parte e quero agradecer a todos os senadores que nos ajudaram a derrubar um decreto ofensivo a ZFM, que tirava nossa competitividade

e que era ilegal. O presidente tem que saber respeitar o povo amazonense. Nada fizemos de errado estamos fazendo a coisa certa, preservamos a Amazônia e queremos continuar trabalhando para desenvolver não só a Amazônia, mas todo o Brasil", disse o senador pessedista.

Eduardo Braga considera a vitória como histórica. "Quero agradecer a todos os senadores que nos apoiaram para garantir a segurança jurídica da ZFM, os empregos do polo de concentrados na capital e no interior do Estado. Essa é uma vitória da ZFM e dos agricultores que plantam guaraná e vendem ao polo de concentrados, vitória daqueles que plantam cana-de-açúcar e produzem açúcar mascavo no interior do Estado. É

uma vitória portanto do Brasil pela segurança jurídica constitucional e tributária, dizendo sim ao trabalhador", afirmou. Vanessa Grazziotin disse que a vitória da bancada foi uma derrota "acachapante" ao presidente Temer. "A derrota foi para o presidente Temer aprender que não se mexe na calada da noite com um modelo de desenvolvimento

gional como a ZFM", encerrou.

### Fieam pronta para novos rounds

Presente à votação de ontem -e também nas outras em que houve adiamento, o presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Antonio Silva afirma ser esse o começo de uma nova luta. "Vamos continuar na luta contra todos aqueles

que são contra o nosso modelo exitoso de desenvolvimento econômico, ou seja o nosso Polo Industrial. Agora vamos começar a trabalhar a Câmara Federal", ressaltou.

Na últimas semanas, diante de todos os adiamentos da votação dos PDSs, Silva comentava sobre uma possível judicialização para derrubar o decreto de Temer. "Não descartamos a ideia, foram muitos

dias vivendo sob esse decreto e os prejuízos não podem ser valorados, mas sofremos com a insegurança jurídica que podia se alastrar para outros setores e inviabilizar negócios no PIM", fechou.

### O decreto presidencial

Editado em maio, o Decreto 9.394/2018 reduziu de 20% para 4% a alíquota de IPI incidente sobre o extrato

concentrado para elaboração de refrigerantes. O problema é que o produto final, que é o refrigerante, é tributado em 4%. Essa diferença existente antes do decreto gerava créditos na apuração do IPI pelas indústrias de refrigerantes. O governo alega que o incentivo foi apenas reduzido para maior equilíbrio fiscal e que o decreto corrigiu uma distorção: a carga sobre o insumo (20%) era maior do que sobre o produto final (4%).

A criação dos PDSs pela bancada, segundo os autores, sustaria uma medida assinada na "calada da noite" que feria de morte o polo de concentrados no PIM, responsável por empregos na capital (nas fábricas de refrigerantes) e no interior (pequenos produtores de guaraná e cana-de-açúcar).

O assunto divide até mesmo entidades representantes do setor, como ficou evidenciado na audiência pública realizada pela CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania). Os representantes dos fabricantes regionais acusam os grandes produtores, como Coca-Cola e Ambev, de usarem as fábricas de concentrados no Amazonas para distribuir descontos na forma de compensação fiscal nas suas diversas filiais pelo Brasil. Além disso, segundo eles, há concorrência desleal com empresas instaladas longe de Manaus que não têm acesso a esse crédito tributário.



**CLIPPING DE NOTÍCIAS**

<b>Título:</b> Quem vai pagar a conta por mais municípios ?		
<b>Veículo:</b> Jornal do Comercio	<b>Data:</b> 11.07.18	<b>Enfoque:</b> Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)
<b>Caderno:</b> Economia	<b>Página:</b> A6	

Equipe econômica alerta para risco de projeto que pode criar 300 cidades

# Quem vai pagar a conta por mais municípios?

**A** equipe econômica disparou nos últimos dias alertas a lideranças políticas no Congresso Nacional para barrar a aprovação do projeto de lei complementar que abre caminho para a criação de 300 municípios. Faltando três meses para as eleições, o projeto de 2015 entrou na pauta de votação de quarta-feira

**Avaliação é de que a facilitação da criação de novos municípios aumenta os gastos com a duplicação de funções das prefeituras**

(11), na Câmara, em regime de urgência.

A área econômica vê risco no desmembramento dos municípios para as contas públicas. A avaliação é de que a facilitação da criação de novos municípios aumenta os gastos com a duplicação de funções das prefeituras sem a compensação de novas receitas para bancar o custo adicional.

Além disso, pode levar à criação de prefeituras sem capacidade financeira, aumentando a dependência de recursos dos governos federais e estaduais. O pedido de urgência desse pro-

jeito foi aprovado em maio com grande apoio dos parlamentares em meio ao avanço das negociações políticas para as eleições de outubro. Na esfera política, mais municípios significam a ampliação da influência regional com o aumento de número de vereadores. O projeto, de 2015, é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e já foi aprovado no Senado. Procurado, o relator do projeto, deputado Carlos Gaguim (DEM-TO), não quis falar sobre o projeto.

Relatório da IFI (Instituição Fiscal Independente) mostra que os municípios arrecadaram 2,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2017. Mas com as transferên-

cias feitas pelo governo federal e Estados, as receitas disponíveis para as prefeituras mais que triplicaram para 6,6% do PIB. Em 2002, a receita disponível era de 5,7% do PIB.

Um projeto similar sobre desmembramento de municípios, aprovado pelo Congresso, foi vetado pela ex-presidente Dilma Rousseff com o argumento de que provocaria aumento expressivo de despesas sem a criação de novas receitas, prejudicando ainda a repartição dos recursos do FPM (Fundo de Participação dos Município), principalmente municípios menores e com maiores dificuldades financeiras.

**Simples**  
A equipe econômica também vê com grande preocupação a aprovação de projeto de lei complementar que readmite no Simples Nacional empresas que foram excluídas do regime beneficiado de tributação por existência de dívidas. Segundo o relator, deputado Jorginho Mello (PR-SC), 470 mil microempresas haviam sido excluídas do regime simplificado de tributação em janeiro deste ano e agora poderão retornar. De acordo com o projeto, para voltar ao Simples Nacional os empresários deverão aderir ao chamado Refis da micro e pequena empresa.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Limiar da Justiça Federal tira BNDES da coordenação do leilão da Eletrobrás

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 11.07.18

**Enfoque:**

Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** 09

# Liminar da Justiça Federal tira BNDES da coordenação do leilão da Eletrobras

**Cautelar** Para o juiz Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara do Rio, não faz sentido o BNDES seguir com a licitação enquanto o Legislativo não der a autorização ao governo federal com a aprovação do projeto

### Estadão Conteúdo

Redacao@diarioam.com.br

### Rio de Janeiro

**C**om a aprovação final do projeto de lei (PL) que destrava a privatização ainda pendente, o leilão da Eletrobras sofreu mais um revés. A Justiça Federal do Rio concedeu, semana passada, uma liminar para suspender o pregão ele-

trônico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que contrataria uma consultoria para desenhar o modelo da privatização. O BNDES informou que “tomará as medidas cabíveis para retomar o processo”.

O primeiro passo do processo de privatização será a venda, em separado, das seis distribuidoras de eletricidade locais que ainda pertencem à Eletrobras. O leilão está marca-

do para o próximo dia 26. Além da definição do modelo de privatização da holding do setor elétrico, o BNDES também coordena a venda das distribuidoras, que são subsidiárias.

Após a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, determinando que a privatização de estatais requer autorização do Legislativo, o governo federal ficou dependendo da aprovação do PL no Con-

gresso para dar esse primeiro passo.

O aval do Congresso é fundamental para reduzir as incertezas a respeito do leilão das distribuidoras. Embora não trate diretamente da privatização dessas empresas, que foi aprovada em uma medida provisória (MP) de 2016, o PL resolve pendências que envolvem as distribuidoras, que atuam no Norte e Nordeste do País, principalmente a

Amazonas Energia.

Para o juiz Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara Federal do Rio, não faz sentido o BNDES seguir com a licitação enquanto o Legislativo não der a autorização ao governo federal com a aprovação do PL. Segundo a liminar, sem mudança na legislação, a Eletrobras não pode ser incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), pois uma lei de 2007 proíbe isso.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Plano de Obras de Verão leva infraestrutura ao Nova Cidade

**Veículo:** Dez Minutos

**Data:** 11.07.18

**Caderno:** Cidades

**Página:** 04

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

### PREFEITURA

#### *Plano de Obras de Verão leva infraestrutura ao Nova Cidade*

De acordo com a Prefeitura de Manaus, os serviços do Plano de Obras de Verão chegaram ao bairro Nova Cidade, na zona norte. "Agora, as coisas estão mudando e já comemoro as melhorias. São muitas vias e muitas demandas, mas, aos poucos, nossa comunidade será restabelecida", disse a moradora Vilma da Silva Souza.

Entre os trabalhos previstos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf) está a confecção de meios-fios, sarjetas, tampas de bueiros, tapa-buracos e recapamentos em trechos mais danificados. Por ser um dos bairros mais populosos e



Diego Caja/Divulgação

extensos da capital, as ações de infraestrutura estão sendo realizadas gradativamente, até alcançar todas as ruas da comunidade.

Nesta semana, os serviços se concentram na área conhecida como 'Buracão', onde 55 vias recebem melhorias. As ruas H, I, 312, Síria e Zâmbia já estão em fase de conclusão dos serviços. "Estamos cumprindo as determinações do prefeito Arthur Neto e acompanhando de perto as ações do Plano de Verão, que está a todo vapor", destacou o vice-prefeito Marcos Rotta.



## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Senado derruba decreto de Temer que prejudicava a Zona Franca de Manaus

**Veículo:** Amazonas Atual

**Data:** 10.07.18

**Caderno:** Política

**Página:** On-line

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Link:** <http://amazonasatual.com.br/senado-derruba-decreto-de-temer-que-prejudicava-a-zona-franca-de-manaus/>

10 de julho de 2018

# Senado derruba decreto de Temer que prejudicava a Zona Franca de Manaus

MANAUS – Plenário do **Senado** aprovou projeto de decreto legislativo (PDS 57/2018) que susta o decreto 9.934/2018 do presidente da República, **Michel Temer**, que havia reduzido o IPI dos extratos concentrados de refrigerantes de 20% para 4%. A medida prejudicava as empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus porque a redução do imposto significava na prática aumento da alíquota de IPI para quem compra o produto da Zona Franca de Manaus. O projeto de autoria da senadora **Vanessa Grazziotin** (PCdoB) e subscrito pelos senadores **Eduardo Braga** (MDB) e **Omar Aziz** (PSD) segue para votação na Câmara dos Deputados.

O projeto de decreto legislativo foi provado por 29 votos, dez contra e seis abstenções. A matéria será enviada para a Câmara dos Deputados onde seguirá o mesmo rito de tramitação do **Senado**, ou seja, em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça e plenário. Caso seja aprovado na Câmara, o projeto será promulgado pelo presidente do Congresso Nacional.

O projeto já havia sido aprovado de forma simbólica na semana passada, mas após o pedido de verificação de quórum foi realizada votação nominal. No painel eram necessários o voto de no mínimo de 41 senadores, apenas 31 votaram. Desta vez foram registrados os votos de 45 senadores.

O presidente do **Senado**, Eunício Oliveira, alertou que pelo fato da discussão já ter sido esgotada na última sessão encaminhou rapidamente a votação, mas o quórum registrava apenas 35 senadores, faltando seis para garantir o quórum.

A situação levou os três senadores do Amazonas a apelarem aos colegas para votarem. **Vanessa Grazziotin**, **Omar Aziz** e **Eduardo Braga** fizeram intervenções alertando para a necessidade de repor a segurança jurídica e a proteção da Zona Franca de Manaus, a única com os incentivos fiscais garantidos na Constituição.

“Conseguimos uma grande vitória. O governo Temer sabendo que iria perder começou a retirar senadores do plenário, mas nós conseguimos manter o quórum e derrotar Temer em prol da Zona Franca de Manaus”, comemorou a senadora Vanessa.

**Eduardo Braga** diz que essa vitória garantiu a segurança jurídica e constitucional. “A Câmara Alta reconheceu que o decreto do governo é ilegal e inconstitucional. Viva o povo amazonense”, afirmou.

**Omar Aziz** lembrou da reunião de Temer com a bancada do Amazonas quando o presidente prometeu resolver o problema. “Nós mostramos que não dá para brincar com o Amazonas. Não podemos ser tratados como pessoas de segundo escalão”, disse o senador.

## Mais notícias

Ultimo Instante

[Agência do Trabalhador fechou primeiro semestre com mais de 20 mil atendimentos](#)

Veja

[Comissão do Senado rejeita relatório de projeto sobre distrato imobiliário](#)

Noticias Senado

[Novas regras para 'distrato' na compra de imóveis são rejeitadas pela CAE](#)

DCI

[Taxas de juros recuaram em junho](#)

## AGENDA

AGOSTO

18 – Dia Nacional da Construção Social (DNCS)